



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Audição na Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República em 29 de junho de 2022

Mário Nogueira
Secretário-geral da FENPROF

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas,

Infelizmente não é de hoje, mas de várias governações do nosso país: **a profissão de professor tem vindo a ser desvalorizada por palavras, atos e omissões de governantes e outros titulares de cargos políticos que deveriam ter a preocupação de respeitar, valorizar e estimar os profissionais docentes**. Enquanto isso não mudar, a profissão não será atrativa para os jovens; enquanto isso não mudar, os jovens professores continuarão a abandoná-la e os que concluem o secundário só ingressarão nos cursos de formação inicial de professores se a sua nota não lhes permitir o acesso a outros cursos.

Como se afirma no texto da petição, de uma forma geral os docentes cumprem os seus deveres profissionais, esforçam-se por não deixar alunos para trás, empenham-se na atividade que desenvolvem e quem achava o contrário ou não sabia disso tem tido a confirmação neste muito exigente tempo de confinamentos, ensino remoto de emergência, intermitência de alunos nas salas de aula. É, pois, legítimo que reclamem respeito, justiça e a efetivação dos seus direitos. É disso que trata esta petição.

- Respeito, justiça e efetivação do direito a uma **carreira digna e valorizada**, daí se reclamar a contagem integral do tempo de serviço no posicionamento na carreira e o fim das vagas que já retêm mais de 5 000 nos 4.º e 6.º escalões. É que essas duas entorses, agravadas por normas de transição entre estruturas de carreira, levam a que:
 - **Um Professor com 20 anos de serviço, em 2005**, estivesse no 8.º escalão, índice 245, com **2227.93 euros ilíquidos e hoje, 17 anos passados, em 2022**, pelo ECD, deveria estar no 6.º escalão, índice 245, com **2254.72 euros** (portanto, mais 26,79), mas, de facto, salvo raras exceções, está no **2.º escalão, índice 188, com 1730.16 euros (isto é, menos 497,77 euros)**;
 - **Se falarmos de um Professor com 26 anos de carreira, em 2005**, portanto, há 17 anos, estava no 10.º escalão, escalão de topo, índice 340, ganhando **3091.81 euros ilíquidos; hoje, em 2022**, pelo ECD, estaria no 7.º escalão, índice 272, com **2503.21 euros** (menos 588,67 euros), mas na verdade encontra-se no **3.º escalão, índice 205, com 1886.21 euros (menos 1205,6 euros)** e, em limite, no 4.º escalão, índice 218, com **2006,25 euros (menos 1085,56 = -35%)**;
 - Se ainda for contratado a termo, como acontece com muitos com 10, 20 ou mais anos de serviço, estará no 1.º escalão e se tiver horário incompleto, como é norma de todos os que assumem os horários dos que se aposentam, chega a ganhar abaixo do salário mínimo;

- Respeito, que é disso que falamos nesta petição, pelo esforço e o mérito absoluto dos docentes, manifestado na sua **avaliação de desempenho**, acabando com quotas que fazem professores avaliados com Excelente (que chega a superar os 9, 90 numa escala de 1 a 10) descer para Bom, sendo-lhes atribuído 7,9, com todas as consequências que daí resultam.

- Respeito pelos professores, **eliminando a precariedade**, pois, como o senhor PM afirmava em abril de 2017, na Rádio Renascença: “O Estado não está acima da lei e uma das regras fundamentais é que a precariedade é proibida”.

Pode o governo dizer que nos últimos anos vinculou alguns milhares de professores, mas não fez mais do aquilo a que estava obrigado; o que deveria era reconhecer a insuficiência do que fez. Vejamos os números de vinculações e de contratações em horários anuais, só até ao início do ano letivo, nos últimos 3 anos: em 2019/20 vincularam 542 e foram contratados para estes horários 6616; em 20/21 vincularam 872 e foram contratados 8840; em 21/22 vincularam 2424, mas foram contratados 9370. Isto prova que a margem para vincular era muito, mas muito maior, mas não quis o governo. Falemos de idades: em 19/20 a média de idades de vinculação foi de 44,3 anos, em 20/21 de 45,82 e este ano cresceu para 46,2: quantos jovens aguentam até quase aos 50 anos para estabilizarem e ingressarem na carreira? Completo os números da precariedade com os atuais 11 351 com 10 ou mais anos de serviço, dos quais 4991 com mais de 15 e 1931 a lecionarem há 20 ou mais anos com contratos a prazo. Temos uma norma travão, é verdade, mas não da precariedade; ela trava o acesso à estabilidade!

- Respeito pelos professores, rejuvenescendo a profissão, o que também passa por permitir a **aposentação dos mais velhos**, que já têm mais de 40 anos de serviço e de descontos e permitindo a **aplicação da pré-reforma** aos professores, como, aliás foi promessa do governo. Só a saída dos mais velhos permitirá a entrada de mais jovens e a sua mais rápida entrada nos quadros e na carreira.

- Respeito pelos professores, **eliminando todos os abusos e ilegalidades que continuam a afetar os seus horários de trabalho**, fazendo com que a média de horas de trabalho semanal não sejam as estabelecidas na lei, 35, mas muito acima disso, na ordem das 46, conforme apurado em diversos estudos realizados.

- Respeito pelos professores, que não existe no **processo em curso de MpD**. Em vez de se apertar na fiscalização, punindo as eventuais situações fraudulentas, são tomadas medidas que impedem muitos de requererem mobilidade. É brincar com aqueles que têm doenças incapacitantes impedi-los de se deslocarem do Barreiro para Lisboa porque, em linha reta, medida sobre o rio, são menos de 10 quilómetros; é indigno para a administração educativa impedir a deslocação de um professor de Coimbra para Cantanhede porque para o portão da escola EB2.3 faltam 20 metros e o da secundária é ainda mais distante faltando 40 metros para os 20 quilómetros medidos a partir da porta da Câmara Municipal de Coimbra.

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas,

Sabemos por um passado um pouco mais distante, mas confirmado na semana que passou, que os professores são um grupo malquisto, mal-amado, tratado com pouco respeito por parte de quem deveria, em primeiro lugar, valorizar estes profissionais, pois a sua valorização reflete-se na valorização das escolas e nas aprendizagens dos alunos. Não compreendemos, os professores não compreendem, que colegas seus cheguem a lugares de decisão política e esqueçam as dores da profissão, trocando-as por interesses que, de forma mais elevada, parecem erguer-se.

Que sejam esquecidos os quase vinte anos de trabalho necessários para os professores se livrarem da precariedade; esquecido o nível salarial que não se desvalorizou 11%, como para a generalidade dos licenciados, mas mais de 30%; esquecida a situação em que se encontra uma carreira, despedaçada por medidas tomadas com esse propósito; esquecido o envelhecimento de

uma profissão que resulta de um regime de aposentação que obriga a trabalhar muito para além do que seria justo, espectável e foi compromisso dos governantes, e com particular ênfase a quem se encontra em monodocência...

Queremos que nos oiçam no Parlamento, mas que esta voz também chegue ao governo. Os peticionários querem que respeitem os professores. Querem que a valorização dos profissionais de Educação, neste caso educadores e professores, deixe de ser trinta e um de boca e passe a ser correspondida com políticas e medidas concretas. Esta é uma matéria de grande importância em Portugal, como no mundo e é essa a razão por que hoje mesmo o ministro da Educação se encontra em Paris, na preparação da Pré-Cimeira “Transformar a Educação”, que culminará, em setembro, com a Cimeira promovida pelo Secretário-Geral da ONU, em Nova Iorque, em que, para além dos temas da inclusão, do digital e do desenvolvimento sustentável, teremos um sobre investimento na Educação e outro relativo à atratividade da profissão docente. É preciso que Portugal seja coerente e passe a fazer boa figura no estrangeiro por conta do que cá se faz e não por conta do que lá se diz.